

blica de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
CONSIDERANDO a Portaria nº 179 de 12/03/2020, que instituiu o Centro de Operações de Emergência em Saúde(COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde;
CONSIDERANDO a Portaria nº 311 de 11 de maio de 2020, que designou os integrantes do COES:

RESOLVE:

Art. 1º Incluir os seguintes servidores como integrantes do Centro de Operações de Emergência em Saúde:
I. Gabinete do Secretário de Estado da Saúde:
Renata Pereira Oliveira Correa
Otávio Carrard
Marileia de Moraes
Neuceia Waldrich de Oliveira
Claudia Patricia Magina Gimenes
Éverton Silva da Silva
Karolaine Mendes Bones dos Santos
II. Assessoria de Comunicação;
Robson Luiz Valverde da Silva
Andrey Kolling Lehnemann
Glauber Paulo Zampiva
III. Superintendência de Gestão Administrativa;
Ademilson Hames
Luiz Carlos Marinho Cavalheiro
Klauser Michels
Bárbara Maurício Caetano Leite
Claudia de Lucca Matheus Rocha
Paulo Carlos Brentano Junior
Crystian Gonçalves Martins
Carlos Roberto Costa Junior
Rafael de Souza
IV. Superintendência de Planejamento em Saúde;
Hanna Karine dos Santos Jacques Barcelos
Samara Martins
V. Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais;
Cristiano de Oliveira Alves
Leonardo Boechat Tavares Pereira
Mário José Bastos Junior
Tatiana Pino Gomes
Viviana Jorge de Jesus
Josimeri da Silva
VI. Superintendência de Urgência e Emergência;
Denise Cavallazzi Póvoas de Carvalho
Art. 2º Esta Portaria tem vigência a partir de 01 de setembro de 2020.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde
(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)
Cod. Mat.: 697322

PORTARIA nº 801 de 13 de outubro de 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41, V, da Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 32 do Decreto n. 562, de 17 de abril de 2020;
CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
CONSIDERANDO a Portaria nº 179 de 12/03/2020, que instituiu o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde;
CONSIDERANDO a Portaria nº 311, de 11 de maio de 2020, que designou os integrantes do COES:

RESOLVE:

Art. 1º Excluir os seguintes servidores integrantes do Centro de Operações de Emergência em Saúde:
Alex Lucas Carlos
Ana Flávia de Almeida e Silva Arruda Coelho
Daniella de Mattia Biz
Juliana de Moura Correa
Denise de Carvalho Caldeira
Daniel Yared Forte
Juliana Fernandes
Wagner Tadeu Martins Queiroz
Jorge Artur Cameu Junior

Art. 2º Esta Portaria tem vigência a partir de 01 de outubro de 2020.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde
(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)
Cod. Mat.: 697323

PORTARIA SES Nº 802 de 16 de outubro de 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 41, V, da Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 32 do Decreto n. 562, de 17 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Artigo 1º, § 1º da Portaria SES nº 703, de 14/09/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Definir critérios para a retomada dos eventos e competições esportivas organizados pela iniciativa privada, através das Entidades de Administração Desportivas (EAD) e pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE).
§ 1º Entende-se por eventos organizados pela iniciativa privada, aqueles realizados pelas EAD com Certificado de Registro de Entidade Esportiva (CRED), expedido pelo Conselho Estadual de Esporte, desde que o evento seja autorizado pela FESPORTE ou pela respectiva EAD da modalidade, que são responsáveis pelo controle e fiscalização do cumprimento do protocolo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência limitada ao disposto no Art. 1º do Decreto Estadual n. 562 de 17 de março de 2020.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 697325

PORTARIA nº 797 de 14/10/2020
O CORREGEDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020 c/c com os artigos 3º, §3º, 17, §2º e 31, todos da LC nº 491/10, e tendo em vista do que consta no PROCESSO Nº SES 127477/2019, resolve designar os servidores públicos civis e estáveis, ANDREA DE AGUIAR KASPER, matrícula nº 0377513-5-01, na competência de AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS e MARCO AURÉLIO OLIVEIRA, matrícula nº 0960514-2-01, na competência de TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, ambos com atribuição de exercício na DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, ocupantes do cargo de provimento Efetivo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, para, sob a presidência da primeira, constituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, com a finalidade de apurar supostas irregularidades na execução de sobreaviso no âmbito da Superintendência de vigilância em Saúde - SUV. A comissão sindicante deverá instalar-se no prazo de 10(dez) dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial do Estado e a conclusão não excederá 30 (tinta) dias, admitida a prorrogação, por igual período de acordo com o disposto no artigo 24 da LC nº 491/10. Torna-se sem efeito as Portaria n. 608/2020 e 702/2020.
MARCIO MAIENBERGER COELHO
Corregedor
Cod. Mat.: 696567

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL Nº 008/2020 - CADASTRAMENTO DE FARMÁCIA PÚBLICA E HOSPITALAR

A Diretora de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina torna público, o cadastramento das empresas constantes no Anexo I, conforme determina o Artigo 28 da Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998 e o Artigo 124 da Portaria nº 06 de 29 de janeiro de 1999, para aviar e/ou dispensar medicamentos de uso sistêmico a base de substâncias da "Lista C2 - Retinóicas" e de suas atualizações, e os medicamentos a base de "Misoprostol - Lista C1" (outras Substâncias Sujeitas a Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações.
Publique - se.

Florianópolis, 15 de outubro de 2020

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

ANEXO I

Empresa /CNPJ	Nº Proceso/Data	Endereço	Aviar - Dispensar
RAIA DROGASIL S.A. 61.585.865 /2361-98	SES 00115199 /2020 02/09/2020	Avenida Brasil, 170 Centro Balneário Camboriú/SC 88.330-063	6000 (seis mil) comprimidos/ cápsulas/mês de Isotretinoína e 600 (seis-centos) comprimidos/ cápsulas/mês de Acitretina
POFFO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME 14.300.953 /0001-80	SES 00123862 /2020 22/09/2020	Rua 14 de Fevereiro, 225 Centro Ituporanga/SC 88.400-000	1080 (mil e oitenta) comprimidos/cápsulas/mês de Isotretinoína
CARLOS ALBERTO JUNG E CIA. LTDA 00.188.939 /0001-21	SES 00123189 /2020 21/09/2020	Rua Prudente de Moraes, 152 Centro Porto União/SC 89.400-000	1200 (mil e duzentos) comprimidos/ cápsulas/mês de Isotretinoína
FARMACIA E DROGARIA CRISTIANE LTDA 33.888.012 /0001-53	SES 00121230 /2020 16/09/2020	Rua Coronel Feddersen, 2202 Centro Taió/SC 89.190-000	1080 (mil e oitenta) comprimidos/cápsulas/mês de Isotretinoína
DROGARIA CRISTIANE LTDA 32.682.560 /0001-60	SES 00121214 /2020 16/09/2020	Rua Deputado Albino Zeni 680 - Sala 2 Jardim América Ituporanga/SC 88.400-000	180 (cento e oitenta) comprimidos/cápsulas/mês de Isotretinoína
DIOGO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 05.032.488 /0001-52	SES 00120585 /2020 15/09/2020	Avenida Jorge Lacerda, 1017 Sala 02 Centro Vidal Ramos/SC 88.443-000	180 (cento e oitenta) comprimidos/cápsulas/mês de Isotretinoína
DROGARIA POFFO LTDA ME 08.885.647 /0001-50	SES 00120520 /2020 15/09/2020	Rua Presidente Nereu, 90 Centro Ituporanga/SC 88.400-000	180 (cento e oitenta) comprimidos/cápsulas/mês de Isotretinoína
COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA 88.212.113 /0768-58	ADR22 00006598 /2020 25/09/2020	Avenida Getúlio Vargas, 1446 Loja 101 Anita Garibaldi Joinville/SC 89.202-002	3030 (três mil e trinta) comprimidos/ cápsulas/mês de Isotretinoína e 60 (sessenta) comprimidos/ cápsulas/mês de Acitretina
FARMÁCIA DAL SANTO EIRELI 37.078.388 /0001-53	SES 00126618 /2020 28/09/2020	Rua André Lunardi , 847 – Sala 3 Centro Xaxim/SC 89.825-000	120 (cento e vinte) comprimidos/cápsulas/mês de Isotretinoína
ASSOCIACAO DA REDEH DE BENEFICENCIA CRISTA-(HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES) 86.324.860 /0007-91	SES 00126608 /2020 28/09/2020	Rua Manoel Constâncio Mafra, 641 São Domingos Navegantes/SC 88.370-543	100 (cem) comprimidos/ cápsulas/mês de Misoprostol
DROGARIA MEDITAN LTDA EPP 02.596.861 /0001-00	SES 00130264 /2020 05/10/2020	Avenida Irmãos Piccoli, 326 – Sala 01 Centro Tangará/SC 89.642-000	60 (sessenta) comprimidos/ cápsulas/mês de Isotretinoína

Cod. Mat.: 696905

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 27792/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108, I, do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à

empresa EDERA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ Nº 26291613000119 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorizaçãode Fornecimento nº 1681/ 2020 edital nº 546/2019

Cod. Mat.: 696926

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDENCIA DE VIGILANCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/DIVS/SES – de 15/10/2020

A Diretora de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto Estadual nº 4.793, de 31/08/94;

Considerando o disposto na Constituição Federal, nos seus artigos 196, 197 e 200;
Considerando o disposto na lei orgânica da saúde, nº 8.080/90, no seu artigo 5º, I e II e art. 6º, I e V;
Considerando o disposto na Lei nº 6320/83, que dispõe normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências e seus Decretos regulamentadores;
Considerando o disposto no Decreto nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987, que regulamentou os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983;
Considerando o disposto no Lei Estadual nº. 14.660, de 22 de janeiro de 2009, deu nova redação ao § 1º do art. 30 da Lei nº 6.320, de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde;
Considerando Portaria GM nº 3.214, de 08 de junho de 1978;
Considerando A NR 7 - que trata do PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (Texto dado pela Portaria SSST nº 24, de 29 de dezembro de 1994);
Considerando NR 9 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais;
Considerando Lei Federal nº 12.842, de 10 de julho de 2013, artigo 4º Inciso XIII - Atestação médica de condições de saúde, doenças e possíveis sequelas;
Considerando que as ações de vigilância em saúde incluem ações de redução dos riscos para pacientes, trabalhadores e indivíduos do público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica adotado no âmbito do Estado de Catarina em substituição a Carteira de Saúde o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO como sendo regulamentado pela norma regulamentadora nº 07 (Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO) do Ministério do Trabalho e Emprego;

Art.2º O Atestado de Saúde Ocupacional passa a ser parte integrante e indispensável no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que tem como objetivo a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores.

Art.3º De acordo com o item 7.4.4 da norma regulamentadora nº 07, estabelece que para cada exame médico realizado, o médico deverá emitir o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em 2 (duas) vias;
Parágrafo Único - A primeira via do ASO ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador e a segunda via do ASO, será obrigatoriamente entregue ao trabalhador, mediante recibo da primeira via;

Art.4º O Atestado de Saude Ocupacional deverá conter todas as informações constates do subitem 7.4.4.3 da norma regulamentadora nº 07, senão veja-se;
a) nome completo do trabalhador, o número de registro de sua identidade e sua função;
b) os riscos ocupacionais específicos existentes, ou a ausência deles, na atividade do empregado, conforme instruções técnicas expedidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho-SSST;
c) indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o trabalhador, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados;
d) o nome do médico coordenador, quando houver, com respectivo CRM;
e) definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerce ou exerceu;
f) nome do médico encarregado do exame e endereço ou forma de contato;
g) data e assinatura do médico encarregado do exame e carimbo contendo seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina.

Art.5º Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registrados em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador do PCMSO;

Art.6º O Atestado de Saúde Ocupacional deverá ser realizado nas seguintes circunstâncias abaixo:
a) Admissional;
b) Periódico;
c) Retorno ao trabalho;
d) Mudança de função;
e) Demissional.

Art.7º O Atestado de Saúde Ocupacional – ASO é obrigatório a todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

Art.8º O descumprimento das determinações contidas nesta Resolução Normativa constitui infração de natureza sanitária, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei Estadual 6.320, de 20 de dezembro de 1983, suas atualizações ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis;

Art.9º Esta Instrução Normativa revoga a Instrução Normativa nº.0006 DIVS/SES, de 07/11/2012 publicada no D.O.E. nº 19.459, de 19/11/2012;

Art.10 Esta Instrução Normativa entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Florianópolis, 15 de outubro de 2020

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj
Diretora de Vigilância Sanitária – DIVS/SUV/SES
Cod. Mat.: 696944

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000859.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Associação Congregação de Santa Catarina, mantenedora do Hospital Santa Isabel, com sede no Município de Blumenau. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR000859 fica prorrogado até 28 de fevereiro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** Conforme orientação do Núcleo de Gestão de Convênios de Blumenau, solicitamos prorrogar a data de vigência do dia 31/12/2020 para 28/02/2021. Em virtude do impedimento legal de repasses financeiros que precedem as eleições, e considerando que ainda há outras parcelas a serem desembolsadas, concluímos ter prudência em prorrogar a vigência para que possamos executar o Plano de Trabalho dentro do período vigente e prestar contas no prazo correto. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 06 de outubro de 2020. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Maria Gregorine, pela Associação.
Cod. Mat.: 696947

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000981.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Hospital Nossa Senhora da Conceição, com sede no Município de Urussanga. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR000981 fica prorrogado até 29 de junho de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A entidade prima pela correta e célere execução dos convênios e processos firmados com os órgãos governamentais. Ciente da importância destes para o crescimento do Sistema Único de Saúde e alcance dos objetivos propostos, e que os resultados obtidos reflatam na melhoria dos serviços prestados aos beneficiários finais, aos ser beneficiada, a entidade comprometeu-se a cumprir com as normas do CONVÊNIO 2020TR000981 – Proposta

Cadastrada 23572, através do PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 20200008866, disponibilizado pela Secretaria de Estado da Saúde tendo como finalidade INCENTIVO FINANCEIRO PARA CUSTEIO DOS LEITOS DE SAÚDE MENTAL. Face ao período eleitoral e a interferência que a PANDEMIA (COVID-9) proporcionou no andamento normal das atividades que, requer, sem dúvida, de um tempo significativo, motivo pelo qual estamos reivindicando uma dilatação de prazo por mais de 180 dias considerados a partir da data final da vigência do convênio para que possamos finalizar o processo de execução conforme utilização das despesas descrita no Plano de Trabalho. Desta maneira, esperamos uma deliberação favorável ao nosso pleito, aguardando um retorno oficializado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 13 de outubro de 2020. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Antônio Roberto Dutra, pelo Hospital.
Cod. Mat.: 696960

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 36376/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES Ltda CNPJ nº05531725000120 ,a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 50,17 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº4070/2020, Edital nº 2653/2019.
Cod. Mat.: 696966

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000293.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Município de Monte Castelo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Trigésima (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Trigésima – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR000293 fica prorrogado até 30 de junho de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** Cabe-nos esclarecer que o Município de Monte Castelo está cumprindo todas as exigências necessárias mediante o Convênio supracitado e o mesmo encontra-se lícitado e homologado, em fase de execução; Assim, para o cumprimento efetivo do objeto e da prestação de contas total do convênio dentro do prazo hábil, recorreremos solicitando a prorrogação; São razões porquê da referida solicitação, para o cumprimento das exigências apresentadas por esta colenda Secretaria de Estado da Saúde. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 09 de outubro de 2020. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Jean Carlo Medeiros de Souza, pelo Município.
Cod. Mat.: 696969

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000439.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com interveniência da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE. **CONVENENTE:** Município de Monte Castelo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Trigésima Primeira (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Trigésima Primeira – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR000439 fica prorrogado até 30 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** Cabe-nos esclarecer que Monte Castelo está cumprindo todas as exigências necessárias mediante o Convênio supracitado e a obra em comento encontra-se em fase de execução conforme Boletim de Medição anexo; Assim, para o cumprimento efetivo do objeto e da prestação de contas total do convênio dentro do prazo hábil, recorreremos solicitando a prorrogação; São razões porquê da referida solicitação, para o cumprimento das exigências apresentadas por esta colenda Secretaria de Estado da Saúde. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 09 de outubro de 2020. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES, Thiago Augusto Vieira, pela SIE e Jean Carlo Medeiros de Souza, pelo Município.
Cod. Mat.: 696980